

CORREIO POLÍTICO

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Paulo Sérgio Nogueira no julgamento do STF

Defesa do general Paulo Sérgio irritou o clã Bolsonaro

Bolsonaristas mais próximos da família do ex-presidente disseram a aliados no Congresso que Jair Bolsonaro e seus filhos “ficaram irritadíssimos” com o general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira. Segundo integrantes do clã Bolsonaro a atuação dos advogados do ex-ministro da Defesa no governo passado serviu como uma verdadeira peça de acusação contra o ex-

-presidente da República na sessão de julgamento desta quarta-feira (3). Em sua sustentação oral, o advogado Andrew Fernandes Farias, que defendeu Paulo Sérgio Oliveira, baseou toda sua argumentação em que seu cliente não só não participou da tentativa de golpe de Estado, como atuou para tentar demover Bolsonaro. Ou seja, o chefe queria dar golpe.

Repita por favor

A ministra Cármen Lúcia cutucou o advogado: “Copiei aqui cinco vezes. Disse que o réu, cliente de vossa senhoria, ‘estava atuando para demover o presidente da República’. Demover de quê? Porque até agora todo mundo disse que ‘ninguém pensou’ [em golpe].”

E ele repetiu

Desafiado, o advogado Andrew Fernandes Farias confirmou a linha acusatória da defesa do ex-ministro de Jair Bolsonaro: “Claro, Excelência. [Ele atuou para] demover de adotar qualquer medida de exceção, atuou ativamente, e é a prova dos autos.”

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Governo diz que MP engloba 4,5 milhões de famílias

Comissão aprova tarifa social de energia elétrica

A comissão mista do Congresso Nacional que analisa a Medida Provisória (MP) 1300/25 aprovou nesta quarta-feira (3) a proposta que altera a Tarifa Social de Energia Elétrica. O texto isenta famílias de baixa renda da conta de luz em casos de baixo consumo. A MP ainda precisa ser votada nos plenários da Câmara dos Deputados e do

Senado para valer de forma definitiva. A tarifa social começou a valer no início de julho, quando a MP foi editada pelo governo federal. A gratuidade vale para famílias beneficiárias do Cadastro Único e que tenham consumo mensal de até 80 kilowatts (kWh). O Congresso tem até novembro para aprovar a MP.

Benefício

Segundo o governo, o benefício concederá a gratuidade total da conta de luz a 4,5 milhões de famílias. Outras 17,1 milhões de famílias que também têm direito à tarifa social não vão precisar pagar pelos primeiros 80 quilowatts-hora (kWh) consumidos em cada mês.

Regras

Têm direito à gratuidade os beneficiados pela Tarifa Social que possuem instalações trifásicas e usam até 80 kWh por mês. Poderão ser cobrados na fatura apenas os custos não associados à energia consumida, como a contribuição de iluminação pública ou ICMS.

Quem tem direito

O texto aprovado pela comissão mantém a isenção total da conta de luz para famílias de baixa renda e a isenção da Conta de Desenvolvimento Energético para famílias do Cadastro Único com renda entre meio e um salário mínimo, no consumo de até 120 kWh mensais.

Tarifas

A MP também determina tarifas diferenciadas por horário de consumo, fornecimento de energia pré-paga, e diferentes tipos de tarifa conforme local e complexidade. Os temas sobre abertura do mercado de energia serão discutidos em MP que trata da redução dos impactos tarifários.

STF abre segundo dia com defesa de Jair Bolsonaro

Advogados questionam confiabilidade de delação de Mauro Cid

Gustavo Moreno/STF

Por Karoline Cavalcante, Eline Sandes e Bianca Lobianco

Durante o segundo dia de julgamento da Ação Penal nº 2668, que apura uma suposta tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) ouviu nesta quarta-feira (3) as sustentações orais das defesas de quatro réus do chamado “núcleo crucial” da acusação. Entre eles, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno.

Ambas as defesas alegaram a inexistência de provas que vinculem seus clientes a qualquer plano golpista e denunciaram irregularidades no processo, incluindo suposto cerceamento de defesa, vícios na delação premiada do ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid, e falhas na condução da investigação.

O ex-chefe do Executivo não compareceu à sessão, alegando problemas de saúde. Segundo a defesa, Bolsonaro enfrenta crises de esofagite e gastrite, com episódios de vômito e soluços persistentes, o que inviabilizou sua presença. Ele já não havia comparecido na abertura do julgamento, na terça-feira (2).

Grande parte da fala de Celso Vilardi, um dos dois advogados do ex-presidente, foi direcionada à delação premiada de Mauro Cid, peça central da acusação. O advogado destacou que o colaborador mudou de versão 16 vezes e questionou sua confiabilidade. “Esse homem não é confiável. O próprio celular dele mostra que



Advogado de Bolsonaro, Celso Vilardi, argumenta contradições na delação de Cid

ele questionava sua voluntariedade na delação. Como confiar num depoimento com tantas contradições?”, questionou.

Golpe

Vilardi também rechaçou a validade da chamada “minuta do golpe”, encontrada no celular de Cid, afirmando que o documento jamais foi transmitido e não constitui prova de ato consumado. “Dizer que o crime de abolição democrática começou em uma live, sem violência, é a subversão do Código Penal. Não se pune ato preparatório”, ele destacou.

Em relação à cronologia dos fatos, o advogado apontou inconsistências e questionou a tentativa de ligar Bolsonaro a grupos extremistas que agiram de forma autônoma antes dos ataques de 8 de janeiro, como os chamados “kids pretos” ou “forças especiais”. “São planos distintos, momentos

distintos. Onde está o plano de Bolsonaro?”, indagou.

Vilardi também alegou cerceamento de defesa ao afirmar que não teve acesso integral aos milhões de documentos do processo. “Não conheço a íntegra desse processo. São milhões de documentos e apenas 15 dias de instrução. Não tivemos tempo suficiente”, disse, acrescentando ainda que a Polícia Federal (PF) teria reconhecido erros materiais em trechos da denúncia.

Heleno

A defesa do general Augusto Heleno também criticou o excesso de documentos apresentados e requereu que a PF catalogasse os materiais, para que fossem acessados e analisados. Ele mencionou que, dois dias antes do interrogatório de Heleno, realizado em 10 de maio, foi disponibilizada uma pasta com digitalizações da operação “Tempus Veritatis”, que con-

stitua em uma “montanha de documentos” que impediria a busca e a análise dos arquivos no prazo.

O advogado Mathes Mayer Milanez pediu a nulidade pela violação ao sistema acusatório (quando o juiz age como acusador, em vez de apenas julgar) e contestou a violação da Constituição no interrogatório de Augusto Heleno, no qual teria sido constrangido pelos magistrados e perdido o direito a um julgamento justo e imparcial.

O defensor do ex-ministro do GSI também citou divergência entre Augusto Heleno e o ex-presidente da República, como uma afirmação de Heleno, em sua agenda pessoal – a “caderneira golpista” –, de que Bolsonaro deveria se vacinar. Em relação às anotações apreendidas, o advogado defendeu que seriam apenas notas pessoais e que não foram compartilhadas em nenhum momento.

Defesas de Braga Netto e Paulo Nogueira finalizam depoimentos

Gustavo Moreno/STF

Por Karoline Cavalcante, Eline Sandes e Bianca Lobianco

A defesa do general da reserva e ex-ministro da Casa Civil Walter Braga Netto e do ex-ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira encerraram, nesta quarta-feira (3), a fase de sustentações orais dos réus na ação que trata da suposta tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022 e tramita no Supremo Tribunal Federal (STF).

Em uma argumentação contundente, o advogado José Luis de Oliveira Lima afirmou que Braga Netto é inocente e apontou uma série de irregularidades no processo. “Quem diz que Walter Souza Braga Netto é inocente não é apenas este advogado – são os autos do processo”, declarou, enfatizando a ausência de provas e a fragilidade das acusações.

Delação

Durante a sustentação, Oliveira Lima questionou o tratamento dado à delação do ex-ajudante de ordens da Presidência, tenente-coronel Mauro Cid. Segundo o advogado, o acordo de colaboração premiada apresenta “três vícios graves”: foi celebrado entre a Polícia Federal e o colaborador sem a anuência inicial do Ministério Público Federal (MPF), ocorreu após quatro meses de prisão preventiva, e não foi acompanhado de provas materiais.

“O colaborador não apresentou provas. É uma narrativa bem escrita, mas absolutamente desprovida de elementos concretos”, afirmou. A defesa também



Julgamento segue com os votos dos ministros na terça

contestou a veracidade da delação, citando uma reportagem da revista Veja, que revelou áudios em que Cid supostamente se diz coagido a confirmar uma versão favorável à acusação. “Se isso aqui não é coação, eu não sei o que é”, disse o advogado.

Processo

Além disso, Oliveira Lima criticou a negativa da acareação entre Braga Netto e Cid, apontando inconsistência na transcrição dos atos processuais. “Todos os atos desta ação penal foram gravados – interrogatórios, audiências, oitivas. Por que a acareação não foi registrada? Qual o fundamento legal para essa exceção?”, questionou.

Outro ponto destacado foi o que a defesa classificou como cerceamento. Segundo o advogado, os defensores só tiveram acesso à quase totalidade dos documentos do processo em 17 de maio – dois dias antes do

início da fase de instrução. “Estamos falando de mais de 70 terabytes de informações. Apenas para abrir esses arquivos precisaríamos de ao menos 30 dias. É evidente que a defesa foi prejudicada”, afirmou.

Paulo Sérgio Nogueira

O advogado Andrew Fernandes Farias, defensor do general Paulo Sérgio Nogueira, afirmou em sua sustentação oral que o réu tentou convencer Bolsonaro a desistir de qualquer ato que pudesse prejudicar a todos, ao contrário do que alega a acusação. De acordo com Andrew Farias, Sérgio Nogueira teria atuado para “demover” o ex-presidente de adotar medidas de exceção, e que não fez parte da organização criminosa.

A defesa do ex-ministro foi apresentada em quatro pilares: a reunião ministerial de 5 de julho de 2022, o relatório da Equipe das Forças Armadas de Fisco-

lização e Auditoria do Sistema Eletrônico de Votação (Efasev), o testemunho do brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Júnior, e a negação de que os comandantes das Forças Armadas teriam sido pressionados a aderir a um golpe de Estado.

O advogado afirmou que a fala do general na reunião ministerial entre Jair Bolsonaro e oficiais-generais das Forças Armadas sobre a Comissão Técnica de Eleições (CTE) foi uma “fala infeliz”. Andrew Farias sustentou que foi apenas um desabafo em um momento de dificuldade para agendar uma reunião com técnicos das Forças Armadas e do TSE, e negou apoio de Paulo Sérgio Nogueira à narrativa de fraude eleitoral.

Com o encerramento da fase de sustentações orais, o julgamento prosseguirá com os votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal, na próxima terça-feira (9).